GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ENSINO FUNDAMENTAL

ALESSANDRA FERREIRA MOREIRA

Resumo
Este artigo destaca a importância essencial de integrar os temas de gênero e diversidade no currículo do ensino fundamental, reconhecendo a escola como um espaço crucial para a formação de indivíduos conscientes, críticos e inclusivos. A ausência ou abordagem superficial dessas questões no ambiente escolar contribui para a perpetuação de estereótipos e preconceitos, reforçando desigualdades que poderiam ser atenuadas por meio de uma educação mais engajada e transformadora.
Neste contexto, exploramos as diversas dificuldades enfrentadas pelas instituições de ensino, como resistências culturais, falta de formação específica dos docentes e políticas educacionais que, muitas vezes, não contemplam de forma efetiva a pluralidade e as necessidades da sociedade contemporânea. Além disso, abordamos a importância de um currículo que vá além da simples transmissão de conteúdo, promovendo um espaço de reflexão crítica sobre os papéis de gênero e a diversidade. Propomos alternativas práticas e teóricas para a superação desses desafios, destacando a relevância de estratégias pedagógicas inovadoras e inclusivas. A formação continuada de professores é apresentada como um pilar fundamental para a mudança no ambiente escolar. Argumentamos que, para que os docentes possam atuar como agentes de transformação, é necessário que eles recebam formação sólida e contínua sobre temas de gênero e diversidade. Isso inclui não apenas o conhecimento teórico, mas também o desenvolvimento de competências emocionais e práticas para lidar com a diversidade em sala de aula de maneira sensível e eficaz.
O artigo examina as políticas educacionais como instrumentos vitais para institucionalizar essas práticas no cotidiano escolar. Destacamos a necessidade de políticas públicas que promovam a equidade de gênero e a inclusão, desde a concepção curricular até a implementação prática nas escolas. Tais políticas devem ser construídas com base em uma escuta ativa da comunidade escolar, envolvendo pais, alunos e profissionais da educação, para garantir que as mudanças sejam sustentáveis e tenham impacto real.
Concluímos que a integração desses temas desde o ensino fundamental é indispensável para moldar mentalidades mais abertas e acolhedoras, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e respeitosa.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade Cultural; Políticas Educacionais; Igualdade; Diversidade.

Introdução

A importância de incorporar questões de gênero e diversidade no ensino fundamental vai além do ambiente escolar, impactando diretamente a construção do caráter e da mentalidade dos futuros cidadãos. É nesse período que as crianças não apenas adquirem conhecimento formal lecionado, mas também desenvolvem perspectivas sobre si mesmas e o mundo ao seu redor. Introduzir discussões sobre gênero, identidade e diversidade cultural durante esses anos críticos permite que os alunos formem uma compreensão mais empática e respeitosa da complexidade da sociedade.
A inclusão desses temas no ensino fundamental não é apenas uma opção, mas uma necessidade premente para preparar os alunos para a vida em uma sociedade cada vez mais diversificada. Estratégias pedagógicas que vão além do simples reconhecimento, como a incorporação de materiais didáticos inclusivos e a promoção de discussões em sala de aula, são essenciais. A formação de professores surge como um ponto crucial, capacitando educadores a abordar essas questões com sensibilidade e compreensão. Porém, a implementação eficaz dessas práticas enfrenta desafios significativos. A resistência de setores da sociedade e a necessidade de atualizações nas políticas educacionais são obstáculos a serem superados. Ao reconhecer e enfrentar esses desafios, podemos

transformar o ensino fundamental em um espaço catalisador para uma educação inclusiva, preparando as novas gerações para abraçar a diversidade e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

As estratégias pedagógicas mencionadas não só têm o poder de informar, mas também de transformar atitudes e comportamentos. A inclusão de livros e materiais diversos proporciona uma representação mais autêntica da multiplicidade de identidades, contribuindo para a desconstrução de estereótipos prejudiciais. Além disso, as discussões em sala de aula não apenas fornecem informações, mas também cultivam habilidades críticas e promovem uma mentalidade aberta.

Contudo, para que essas práticas atinjam seu potencial máximo, é imperativo enfrentar os desafios existentes. A resistência social reflete a necessidade de um diálogo mais amplo e educativo sobre a importância dessas abordagens. A formação contínua dos professores e a revisão de políticas educacionais são investimentos cruciais para assegurar que a inclusão de questões de gênero e diversidade seja não apenas uma aspiração, mas uma realidade transformadora no ensino fundamental.

Para tal é necessário que todos os entes participantes da educação sejam alinhados no propósito maior e não tem limitantes pensamentos preconceituosos, seja o professor na execução daquela ação educativa ou o gestor como grande organizador das ações e fomentador para que todo o processo ocorra.

Gênero e Identidade

Na complexa construção do ser humano a questão de identidade de gênero é uma das principais e tem seu início na infância. A partir disso é necessário o entendimento de que as crianças devam ter oportunizadas as discussões e ideias para explorar e compreender suas identidades de gênero de forma salutar e livre de preconceitos.

Essencial para isso, é a Escola como um ambiente apto para a discussão da sociedade e de suas ideias, onde se oportuniza um ambiente protegido, onde se busca que seja desprovida de preconceitos, para justamente ter a livre expressão de gênero sem ter com isso a falta de respeito e a possível hostilidade que encontrariam num ambiente comum, a escola precisamente tem de ser a guardiã de um ambiente superior na sua forma de tratar seus integrantes.

Geralmente nas tratativas iniciais desse tema que para muitos é um tabu, se mantém a ideia que aborda a sexualidade nas fronteiras dos pontos de vista biológicos a saber: O sexo biológico diz respeito às características biológicas que a pessoa tem ao nasce, podem incluir cromossomos, genitália, composição hormonal, reprodução, doenças sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos. Geralmente esse conteúdo é tratado pelo professor da área de Ciências/Biologia. Com isso temos a visão de que é abordado a simplificação de assunto tão complexo quanto a sexualidade e nos amparamos na visão dos autores Barreto at al 2009 que nos diz:

Trata-se apenas disso? Estariam educadoras e educadores atuando eticamente e cumprindo sua obrigação constitucional se transmitissem mensagens meramente restritivas e disciplinadoras da sexualidade? Que outros valores são necessários recuperar? Que parâmetros é preciso estabelecer para a educação sexual respeitar a integridade de cada indivíduo e de cada comunidade? Como valorizar as diferenças, em vez de vê-las como fonte de risco? (BARRETO; ARAÚJO; PEREIRA, 2009, pág. 180)

Cabe, portanto, a pergunta se estamos enquanto educadores fazendo o melhor dentro do nosso contexto e tentando ser melhores a partir de reflexões sobre a nossa prática. Trazer a tona inicialmente que apresentar os aspectos biológicos da sexualidade fazem parte de uma construção de ensino, porém a reflexão principal é a respeito da limitação dos aspectos a somente esses temas da biologia, cabendo ao professor de Ciências e Biologia adentrar as questões de sociais com a devida formação pra isso. Refletir sobre a limitação da educação em Ciências/Biologia a temas restritos suscita questões éticas e legais. Os educadores têm o dever de ir além do conteúdo estritamente disciplinar, considerando a sexualidade de maneira integral. É fundamental resgatar princípios

como respeito, diversidade e integridade. Definir diretrizes para uma educação sexual que respeite a individualidade e as particularidades de cada comunidade é um desafio, mas também uma necessidade. Encarar as diferenças como algo a ser valorizado, em vez de tratá-las como ameaça, exige uma abordagem cuidadosa e inclusiva. A revisão constante das práticas educacionais é crucial para garantir que estamos cumprindo nossa missão como educadores.

Estratégias pedagógicas

Tendo em mente uma boa organização a fim de termos uma ação, que visa a promoção de discussões válidas do tema, elencamos possíveis estratégias sem, porém, esgotar o assunto.

Incorporação de livros e materiais didáticos que abordem a diversidade de gênero: A escolha de livros e materiais que representem personagens diversos em termos de identidade de gênero ajuda as crianças a compreenderem que existem muitas formas diferentes de ser menino, menina ou de não se identificar com nenhum desses gêneros.

Essa estratégia é positiva, pois possibilita o uso de uma estrutura e materiais já existentes na Escola e podem ser descobertos pelo profissional com olhar atento para seu em torno.

Discussões em sala de aula: Promover discussões em sala de aula sobre identidade de gênero, estereótipos e preconceitos ajuda as crianças a refletirem sobre essas questões e a desenvolverem empatia e respeito pela diversidade.

Podemos intuir como essas abordagens podem ser implementadas com sucesso, adotando uma abordagem inclusiva ao escolher livros didáticos que representam uma variedade de identidades de gênero. Os alunos teriam a oportunidade de ler histórias com personagens que não se encaixam nos estereótipos tradicionais de gênero, o que levaria a discussões enriquecedoras em sala de aula sobre identidade de gênero e respeito pela diversidade. Tudo que é novidade é impactante, e o contrário também é verdadeiro, então quanto mais a estratégia de promover discussões é realizada mais familiar é o assunto e mais natural é o desenvolvimento de empatia e respeito pela diversidade.

Diversidade Cultural e Étnica

A diversidade cultural e étnica é uma das características marcantes da sociedade brasileira, essa visão surge inclusive na análise dos números do IBGE que em pesquisa sobre cor ou raça da população brasileira com base na autodeclaração e de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Temos os dados de 2022 que mostram: 42,8% dos brasileiros se declararam como brancos, 45,3% como pardos e 10,6% como pretos, é claro portanto que o Brasil é uma nação rica em pluralidade étnica.

A escola, como espaço de socialização, deve promover o respeito e a valorização das diferentes culturas e etnias presentes em sua comunidade. Nesse contexto, a escola assume um papel crucial como agente de promoção do respeito e valorização dessas diferentes culturas e etnias. Inclusive existe um movimento nesse sentido partindo da escola para expandir para a sociedade como um todo, fazendo com que isso transcenda os muros da escola. Essa conscientização na escola é um incentivador para um movimento mais amplo de transformação social, onde a diversidade é celebrada e valorizada como uma força unificadora.

O diálogo intercultural na escola não apenas quebra estereótipos, mas também fortalece os laços entre alunos de diferentes origens, preparando-os para uma convivência harmoniosa e respeitosa no mundo diversificado além dos portões escolares.

Estratégias pedagógicas

Atualmente, percebemos uma crescente consciência de que essa abordagem é essencial para que as novas gerações compreendam a matriz histórica brasileira, que é diversificada e rica, de maneira respeitosa e crítica. Além disso, é crucial dedicar esforços para abordar esse tópico ao longo de todo o ano, para isso ilustramos algumas estratégias.

Celebração de datas e festividades culturais diversas: A escola pode promover a celebração de datas e festividades de diferentes culturas e etnias, envolvendo os alunos na

organização desses eventos e proporcionando a oportunidade de conhecerem e valorizarem a diversidade cultural.
Integrar festas temáticas de outras culturas na escola é uma prática enriquecedora para a vivência da diversidade. Além de trazer confecções de trajes típicos, pinturas corporais e comidas tradicionais, essa abordagem proporciona uma experiência imersiva, aproximando os alunos das riquezas culturais do mundo. A exploração dessas atividades não apenas enriquece o repertório cultural dos estudantes, mas também promove uma compreensão mais profunda e respeitosa das diferenças. É uma oportunidade única de construir pontes interculturais, estimulando o diálogo e a valorização das diversas manifestações culturais presentes na comunidade escolar.
Inclusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira, indígena e de outras etnias: A inclusão de conteúdos que abordem a história e a cultura de diferentes grupos étnicos contribui para a formação de uma consciência crítica e respeitosa em relação à diversidade.
Trazer imagens de pessoas indígenas e de outras culturas que carregam, em suas tradições, a pintura corporal para comunicar diversas situações como marcos de vida, festividades e celebrações. Realizar leituras de contos africanos em rodas de contações de histórias, trazer indígenas para visitar a escola e contar sobre sua cultura e mostrar seus objetos que são carregados de cultura, ou seja, existem diversas ações que são possibilidades plausíveis.
A escola pode realizar atividades em grupo – no contraturno escolar ou através da interdisciplinaridade, oficinas ou feiras de ciências e literatura – com discussões sobre gênero, bullying e outras violências, igualdade de direitos e como realizar uma campanha que ressalte o respeito às diferenças.
Observamos, que abordar a diversidade histórico-cultural na Educação demanda uma reflexão contínua. É essencial cultivarmos um olhar crítico, sensível e consciente de nosso papel social na luta contra o preconceito e a discriminação, fatores que perpetuam a desigualdade. O empenho é fundamental para proporcionar às crianças experiências respeitosas em relação às suas origens, história e perspectivas futuras.

Desafios e Possibilidades
É fundamental compreender que a construção social de nossa sociedade é um processo complexo, moldado por diversas perspectivas e influências. Reconhecer a pluralidade de vozes e experiências é essencial para cultivar um entendimento mais amplo e enriquecedor, distante de uma verdade única e inalterável, ou seja, é importante saber que os nossos modelos são construções sociais.
Em primeiro lugar, estes modelos duais só podem ser entendidos como construções sociais. O homem, representante de todos os indivíduos do sexo masculino da espécie humana, não existe, nem tampouco a mulher.
Como afirmou a filósofa francesa Simone de Beauvoir: Ninguém nasce mulher. Torna-se mulher. O mesmo se aplica a outras identidades como: “negro e branco”. Não existe o branco universal, nem o negro. Somos brancos ou negros em uma determinada sociedade onde existem essas classificações de cor. Em segundo lugar, apesar desses modelos estarem próximos da nossa realidade, nem sempre temos o domínio ou a real compreensão da amplitude do debate em torno de tais questões.
Isso significa dizer que, por exemplo, entre os polos em oposição “homem – mulher”, “negro – branco”, “pobre – rico” há um universo de situações e experiências, que devemos observar atentamente (RIBEIRO e GONÇALVES 2014, pág. 10)
Apesar da importância da inclusão de questões de gênero e diversidade na Escola, existem desafios significativos a serem enfrentados. Um dos principais desafios é a resistência de alguns setores da sociedade que se opõem a essas abordagens, argumentando que elas vão contravalores tradicionais.
Essa ideia é o chamado conservadorismo social que se refere a uma ideologia política ou moral que acredita que o governo e/ou a sociedade possui um papel em encorajar ou estimular os valores ou comportamentos que consideram tradicionais.
Trilhar esse caminho não é simples, pois a Escola historicamente desempenhou o pa-

pel de normatizar e homogeneizar os alunos, muitas vezes diminuindo suas diferenças. Isso é evidente e podemos verificar por exemplo no formato tradicional da sala de aula (fisicamente), inalterado desde a implementação das escolas, com alunos enfileirados, a lousa na frente e, em algumas, um piso mais elevado para o espaço reservado ao professor. Essa estrutura, ao longo das décadas, tendeu a favorecer a uniformidade em detrimento da valorização das singularidades, tornando desafiador o processo de incorporar genuinamente a divevrsidade na educação. Portanto, é necessário abrir-se para o novo, deixar de lado os preconceitos e promover o diálogo, a convivência e o engajamento na busca pela igualdade. O objetivo é mostrar que, apesar das diferenças, todos são iguais como seres humanos.

Formação de professores

A formação continuada dos professores é essencial para garantir que a abordagem das questões de gênero e diversidade nas escolas seja realizada de maneira informada e eficaz. Segundo Louro (2000), a capacitação docente deve ir além do conhecimento teórico, incluindo a construção de práticas pedagógicas que promovam o respeito e a valorização das diversidades de gênero e identidades. A ausência de uma formação adequada pode perpetuar preconceitos e reforçar estereótipos, comprometendo o ambiente inclusivo que se almeja. Por isso, é necessário que as políticas educacionais incentivem e facilitem o acesso a cursos e materiais didáticos que abordem essas temáticas de forma crítica e reflexiva. Além disso, é importante criar espaços de diálogo e troca de experiências entre educadores, o que contribui para a construção coletiva de estratégias pedagógicas mais inclusivas e eficazes. Dessa forma, a escola não só ensina sobre diversidade, mas também se torna um modelo de inclusão e respeito em sua prática cotidiana.

Concluímos que a introdução desse tema na sala de aula está intimamente ligada à disposição pessoal do professor em enfrentar todas as adversidades, afirmando assim os direitos à igualdade.

A dificuldade na formação de professores sobre temas como gênero e diversidade pode ser atribuída a vários fatores complexos. Alguns desses desafios incluem: Resistência Institucional: Algumas instituições educacionais podem resistir à mudança, principalmente se as práticas tradicionais ainda prevalecem. A implementação de novos currículos e abordagens pode enfrentar oposição devido à falta de compreensão ou aceitação das necessidades da diversidade.

Preconceitos Pessoais: Sujeitos podem carregar consigo preconceitos pessoais ou falta de concepção sobre questões de gênero e diversidade. Isso pode criar obstáculos para a aceitação e adoção de métodos mais inclusivos.

Falta de Recursos: Por vezes, a falta de recursos apropriados, como materiais didáticos e programas de formação, pode atrapalhar a implementação eficaz da formação em questões de gênero e diversidade.

Despreparo Inicial: Alguns professores podem não receber uma formação inicial adequada sobre como abordar esses temas no seu ambiente escolar. A falta de preparação inicial pode levar a desconforto ou insegurança ao lidar com essas questões.

Contexto Cultural e Social: Em alguns contextos culturais ou sociais, há resistência enraizada a discutir francamente temas como gênero e diversidade. A falta de aceitação social pode influenciar a disposição de educadores para buscar ou participar de formação nessa área.

Desafios na Implementação Prática: Mesmo quando os professores recebem formação, podem enfrentar dificuldades na aplicação prática desses conhecimentos em ambientes escolares, especialmente quando há falta de apoio institucional ou políticas claras.

Superar esses desafios requer esforços contínuos de sensibilização, defesa, e desenvolvimento de programas de formação específicos e recursos educacionais que apoiem os educadores na incorporação efetiva de questões de gênero e diversidade em seus métodos de ensino.

Investir na formação de professores é fundamental para superar esses desafios. Os educadores precisam estar preparados para abordar questões de gênero e diversidade de forma sensível e informada, além de se-

rem capazes de lidar com situações de preconceito e discriminação que possam surgir em sala de aula. Além disso, é importante que os professores estejam atualizados sobre as discussões e avanços nessas áreas.

Políticas educacionais

As políticas educacionais desempenham um papel crucial na promoção da inclusão de questões de gênero e diversidade na escola. É importante que o currículo escolar e as diretrizes pedagógicas reflitam a importância dessas questões e forneçam orientações claras para os educadores. Além disso, é fundamental que as políticas educacionais promovam a diversidade na composição dos corpos docentes e gestores das escolas, para que haja uma representação mais fiel da sociedade na qual estão inseridas.

Podemos citar que há mais de 20 anos, passava-se a incluir no texto de um dos mais importantes marcos da educação nacional – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei no 9.394/1996) – o seguinte artigo: Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. é crucial por várias razões:

Valorização Histórica: Corrige a narrativa histórica, reconhecendo as contribuições afro-brasileiras na formação do país, o que fortalece a autoestima e o senso de pertencimento dos alunos afrodescendentes.

Combate ao Racismo: Educar sobre as raízes do racismo e a importância das culturas africanas ajuda a combater preconceitos e a promover uma sociedade mais igualitária.

Enriquecimento Cultural: Amplia o conhecimento cultural dos alunos, permitindo uma compreensão mais profunda e crítica da diversidade cultural e das interconexões globais.

Em suma, essa obrigatoriedade legal (é o mínimo que a sociedade pode fazer, porém) é essencial para promover a igualdade racial, corrigir lacunas históricas, e formar cidadãos mais conscientes e respeitosos da diversidade.

Outra proposta legislativa relevante, embora não implementada, é o Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero, cujo Art. 3º destaca o dever do Estado e da sociedade em assegurar a plena cidadania, igualdade de oportunidades e participação na comunidade. Esse estatuto abrange atividades sociais, políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas. Incluiria, assim, o direito de todos participarem ativamente, especialmente em atividades educacionais, estabelecendo uma base legal semelhante à obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro- Brasileira.

No entanto, a implementação efetiva dessas políticas requer mais do que a mera inclusão de diretrizes no currículo. É fundamental que existam mecanismos de monitoramento e avaliação contínuos para garantir que as diretrizes sejam aplicadas de maneira consistente e significativa em todas as instituições de ensino. A formação contínua dos educadores também deve ser uma prioridade, garantindo que eles estejam preparados para abordar temas de gênero e diversidade de forma inclusiva e pedagógica.

Além disso, é importante considerar que a inclusão de tais temas no currículo pode enfrentar resistência em algumas comunidades. Para superar esses desafios, é necessário um esforço colaborativo entre o governo, as escolas, as famílias e a sociedade civil, promovendo diálogos abertos e informativos sobre a importância da diversidade e da igualdade

A legislação, como o Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero, se aprovada, poderia fortalecer ainda mais essa base legal, garantindo que a educação para a diversidade seja não apenas uma diretriz, mas um direito assegurado a todos os estudantes. Esse tipo de estatuto serviria como um complemento às já existentes políticas educacionais, oferecendo um framework mais robusto e abrangente para promover a igualdade e o respeito à diversidade dentro das escolas.

Conclusão

A inclusão de questões de gênero e diversidade no ensino fundamental é um passo essencial para promover uma sociedade mais justa e igualitária. A escola desempenha um papel decisivo na formação de cidadãos conscientes e respeitosos com as diferenças. Para alcançar esse objetivo, é necessário superar desafios, como a resistência de

alguns setores da sociedade, este sendo um dos desafios mais significativos na incorporação de questões de gênero e diversidade no ensino fundamental essa resistência da sociedade com seus grupos conservadores que frequentemente argumentam que tais abordagens vão contravalores tradicionais e podem influenciar negativamente as crianças. Por exemplo, eles alegam que discutir identidades de gênero diferentes da binária (masculino/feminino) pode confundir as crianças ou que ensinar sobre diversidade étnica é uma forma de "ideologia". Essa resistência pode criar obstáculos para educadores e gestores escolares que desejam promover a inclusão.

Investir na formação de professores e políticas educacionais inclusivas na educação é a chave para construir um futuro mais inclusivo e igualitário, e justamente a escola é o local onde essa transformação começa. Portanto, é responsabilidade de todos nós trabalhar juntos para garantir que as crianças e adolescentes tenham a oportunidade de aprender e crescer em um ambiente que valorize e respeite a diversidade em todas as suas formas.

A educação é a chave para construir um futuro mais inclusivo e igualitário, e a escola é o local onde essa transformação começa. Os caminhos da reconstrução da identidade se constroem por meio da subjetividade e devem ser construídos em espaços de luta e educação, extrapolando o âmbito oficial. As ideias propostas no artigo mostraram-se viáveis e relevantes para a prática do respeito à diversidade cultural, contribuindo para a construção de uma sociedade livre da discriminação e do preconceito. Portanto, é essencial que esses profissionais continuem a promover a valorização da diversidade em seu ambiente de trabalho escolar, enriquecendo assim a sociedade brasileira como um todo.

REFERÊNCIAS

BARRETO, A; ARAÚJO, L; PEREIRA, M. E. (Org.). Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e étnico-raciais - livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Disponível em: http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdv Acesso em: 10 de outubro de 2023.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós- estruturalista. In: Gênero e Diversidade na Escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 14- 36.

RIBEIRO, A; GONÇALVES, M Questões étnicas e de gênero. v. único. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014.
Disponível em: https://canal.cecierj.edu.br/012016/2b35542e561f-9d6751b952e3b7234d16.pdf Acesso em: 15 de outubro de 2023.